

Escola Nacional de Administração Pública
Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social

Dionara Borges Andreani Barbosa

**Análise do perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho
infantil nos últimos seis anos**

Brasília, 2011

Análise do perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos últimos seis anos

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social na Escola Nacional de Administração Pública.

Orientador: Prof. Evilasio da Silva Salvador

Barbosa. Dionara Borges Andreani. Análise do perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos últimos seis anos. TCC (Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social). Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2011.

Brasília, 2011

Análise do perfil das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil nos últimos seis anos

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social na Escola Nacional de Administração Pública.

Aprovado em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Professor Evilasio da Silva Salvador

Professor Cosme Marcelo Furtado Passos da Silva

Brasília, 2011

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter mais essa oportunidade e a todos os outros que, direta e indiretamente, me ajudaram na elaboração deste trabalho, o meu muito obrigada!!!!

Resumo

Trabalho infantil é toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho. No Brasil, a Constituição Federal admite o trabalho, em geral, a partir dos 16 anos e na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Este estudo tem a finalidade de avaliar o perfil das crianças em situação de trabalho infantil, nos últimos seis anos a partir dos dados da PNAD. O trabalho infantil no Brasil apresenta tendência à queda, porém as características do mesmo mantêm-se praticamente as mesmas ao longo dos anos com exceção para o local de residência e atividade principal que apresenta uma tendência de inversão a partir de 2009. Aparentemente não está havendo entrada de crianças e sim a manutenção de quem já exercia alguma atividade. O estudo também reforça que as características do trabalho infantil são estruturantes, ou seja, há uma tendência maior de que crianças de sexo masculino, negros, residentes na zona rural, exercendo atividades agrícolas e na região Nordeste, estejam mais sujeitas a trabalharem do que as com as demais características.

Palavras-chave: Trabalho; Criança; Trabalho Infantil; PETI.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
<i>OBJETIVO GERAL.....</i>	10
<i>OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....</i>	11
REFERENCIAL TEÓRICO	11
METODOLOGIA.....	15
RESULTADOS.....	17
<i>O TRABALHO INFANTIL EM QUEDA</i>	17
<i>CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO INFANTIL NOS ÚLTIMOS 6 ANOS.....</i>	20
CONCLUSÕES.....	29
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	29

Lista de tabelas

Tabela 1: Formação do estudo de coorte a partir dos dados da PNAD no período de 2004 a 2009.	16
Tabela 2: Número de crianças de 5 a 14 anos por coorte trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.	17
Tabela 3: Número de crianças de 5 a 14 anos com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.....	19
Tabela 4: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo saber ler e escrever.....	24
Tabela 5: Percentual de crianças de 5 a 13 anos entre os mais pobres trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo saber ler e escrever.	25
Tabela 6: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo atividade.....	28
Tabela 7: Percentual de crianças de 5 a 13 anos entre os mais pobres trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo atividade.	28

Lista de gráficos

Gráfico 1: Distribuição percentual de crianças de 5 a 14 anos por coorte trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.....	18
Gráfico 2: Distribuição percentual por coorte de crianças de 5 a 14 anos trabalhando na semana de referência com renda domiciliar mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo no período de 2004 a 2009.	19
Gráfico 3: Distribuição do número de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.	20
Gráfico 4: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.....	21
Gráfico 5: Percentual de crianças trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo idade de 5 a 13 anos.	21
Gráfico 6: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo sexo.	22
Gráfico 7: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo raça/cor.	23
Gráfico 8: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo saber ler e escrever.....	23
Gráfico 9: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo quantidade total de membros do domicílio.....	25
Gráfico 10: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo grandes regiões.	26
Gráfico 11: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo local do domicílio.	27
Gráfico 12: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo atividade principal.	27

Lista de abreviaturas e siglas

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

ECA – Estatuto da Criança e Adolescente

FNPETI – Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PETI – Programa de erradicação do Trabalho Infantil

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Introdução

O combate ao trabalho infantil é um tema que está na agenda da política social do país, constituindo um desafio tanto para o Governo quanto para a sociedade. Toda legislação brasileira a respeito do trabalho infantil está orientada segundo os princípios estabelecidos na Constituição de 1988.

Com a implementação de ações para o combate ao trabalho infantil, o nível de ocupação das crianças e adolescentes vem apresentando expressiva redução ao longo dos anos. Entre os fatores que contribuíram para essa evolução está a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em 1996, visando proporcionar condições para que as crianças tenham acesso ao ensino, permaneçam na escola e, também, não precisem trabalhar para auxiliar no sustento da família.

Os dados coletados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), já na primeira década dos anos de 1990 espelhavam os avanços na erradicação do trabalho infantil. De 1992 para 2001, o nível de ocupação das crianças e adolescentes decresceu de 3,7% para 1,8% no grupo de cinco a nove anos de idade, de 20,4% para 11,6% no de 10 a 14 anos de idade e de 47,0% para 31,5% no de 15 a 17 anos de idade.

Apesar de o trabalho infantil no Brasil manter tendência de queda desde a década de 90, ainda é expressivo o quantitativo de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Dados da PNAD 2009 mostram que naquele ano ainda havia mais de 4 milhões de jovens entre 5 e 17 anos de idade trabalhando no Brasil. Diante deste contexto, pode-se considerar que estes dados têm reforçado mais as causas do trabalho infantil do que trazido novas questões.

Nesse sentido a finalidade deste estudo é avaliar o perfil das crianças em situação de trabalho infantil, nos últimos seis anos, a fim de problematizar esta percepção.

Objetivo Geral

Analisar o perfil das crianças e adolescente de 5 a 13 anos de idade, exercendo alguma atividade econômica, segundo situação pobreza, no período de 2004 a 2009.

Objetivos Específicos

Estudar as condições socioeconômicas das famílias cujas crianças e adolescentes estão exercendo algum tipo de atividade econômica.

Analisar a incidência do trabalho infantil nos grupos em situação de pobreza e área rural e urbana.

Analisar as principais características do trabalho infantil relacionando com a educação.

Referencial Teórico

Trabalho infantil é toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho, conforme a legislação vigente no país.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 (art. 7º, XXXIII) admite o trabalho, em geral, a partir dos 16 anos. A Constituição admite, também, o trabalho a partir dos 14 anos (art. 227, § 3º, I), mas somente na condição de aprendiz (art. 7º, XXXIII).

Dos 16 aos 18 anos, o adolescente é protegido no trabalho não podendo realizar atividades em horário noturno, em locais e serviços considerados perigosos ou insalubres¹, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), para se garantir respeito à pessoa em condição peculiar de desenvolvimento. O ECA foi promulgado pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com o intuito de regulamentar as conquistas consubstanciadas na Constituição Federal em favor da infância e da juventude.

Para Santos, Nilton (2002), representante do Ministério Público do Rio Grande do Sul, o Estatuto reformula radicalmente as relações de crianças e adolescentes com o Estado e com os adultos, representando uma verdadeira mudança de paradigma, quando retira a criança e o adolescente da posição de meros objetos de proteção dos adultos ou do Estado, e os coloca na posição de sujeitos de direitos. Historicamente, porém, a infância tem sido desrespeitada e pouco valorizada, o que talvez ajude a explicar a tolerância quanto a não observância dos direitos conquistados e a falta de ação efetiva contra a ilegalidade no que se refere ao trabalho infantil.

Porque o trabalho infantil é percebido como uma problemática foi demonstrada em pesquisa realizada pelo Dieese (1997). De acordo com essa pesquisa, existe uma tolerância da sociedade com o trabalho infantil urbano, que chega a considerá-lo até mesmo desejável como

¹ Expõe o trabalhador a agentes nocivos à saúde, acima dos limites tolerados fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos (radiação, inflamável, explosivos, eletricidade, etc).

medida contributiva das crianças saírem da rua. As próprias crianças, nesta pesquisa, consideraram que o motivo para trabalharem são a ajuda em casa, o aprendizado que o trabalho representa e a alternativa à rua.

Ocorre, entretanto que o trabalho de crianças pobres reproduz e aprofunda a desigualdade social na medida em que prejudica seu desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e social. A criança que trabalha não estuda bem, não brinca o suficiente, não se prepara para a vida. A partir da falta de tempo e de aporte para estudar, o cansaço corrobora no abandono a escola, ou em grau menor causa uma defasagem das crianças em relação à série cursada. A chance de se tornarem adultos com baixo grau de escolaridade é grande, fato que reduz as oportunidades de se ter um bom emprego. Basu e Tzannatos (2003), apud Kassouf (2004, p. 15), “afirmaram que crianças trabalhadoras acumulam menos capital humano, pois a dedicação diária ao trabalho reduz as oportunidades de ingresso na escola”.

Nessa década de 1990 houve grandes avanços dirigidos à prevenção e à erradicação do trabalho infantil e à proteção ao adolescente trabalhador. Nas conclusões de Faria (2010)

Tanto as políticas públicas como os esforços financeiros deram um salto qualitativo que veio a ser fundamental na diminuição do trabalho infantil. O investimento dirigido a erradicar toda forma de trabalho infantil e a defender os direitos das crianças e adolescentes aumentou significativamente na última década em relação às décadas anteriores, e o grau de envolvimento dos mais diversos setores governamentais foi essencial.

O Estado brasileiro passou a assumir a responsabilidade pública pela erradicação do trabalho infantil, ratificando as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), criando Conselhos Tutelares e Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) com o escopo de defender a criança e o adolescente e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), que tem o papel de agente articulador e mobilizador de agentes públicos e atores sociais diretamente envolvidos com políticas e programas de combate ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente trabalhador. Também foi importante a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado com a finalidade de erradicar o trabalho infantil de crianças e adolescentes de sete a 16 anos de idade, em atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes.

O PETI está presente em mais de 3.000 municípios e atende a mais de um milhão de crianças e adolescentes. Ele insere-se nas ações da Secretaria Nacional de Assistência Social do

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As ações desenvolvidas no âmbito do PETI devem ter como *locus* de atenção a família, a qual deve ser trabalhada por meio de medidas sócio-educativas e de geração de trabalho e renda, que visem garantir a sua proteção e inclusão social, promovendo assim, melhoria na sua qualidade de vida. Assim, ciente de que o processo de prevenção e erradicação do trabalho infantil é gradual, e requer diferentes e complexas estratégias de ação e a participação de diversas instituições governamentais e da sociedade em geral, foi dado outro passo.

Na busca pelo aperfeiçoamento dos processos de gestão de benefícios e o aprimoramento da racionalidade administrativa das políticas públicas de combate à pobreza e exclusão social, o governo federal estabeleceu a integração entre o programa Bolsa Família e o PETI por meio da Portaria MDS nº 666/05. A integração foi possível haja vista que os dois programas já agem em sinergia, pois garantem uma renda básica que confere às famílias os direitos à alimentação, educação e saúde assim como contribuem na preservação dos vínculos familiares e estimulam a busca das ações complementares na rede socioassistencial.

Muito do sucesso da redução do trabalho infantil se dá reconhecidamente pelos excelentes resultados do PETI, que constitui para além das parcerias para o desenvolvimento das ações sócioeducativas um programa de transferência de renda.

A ocorrência do trabalho de crianças de 5 a 14 anos reduziu-se a quase um terço do seu valor inicial, tendo sido esta redução ainda mais intensa na faixa de 5 a 9 anos, em que a incidência foi reduzida a um quarto do seu valor 15 anos atrás. Uma vez mantida a velocidade alcançada ao longo da última década e meia, em 25 anos o país será capaz de reduzir o trabalho infantil (5 a 14 anos) a menos de um quinto do seu valor atual. (BARROS; MENDONÇA, 2009, p 02).

Contudo, o PETI não impede que crianças continuem trabalhando, entende-se que a saída da criança do mercado de trabalho seja um efeito positivo, uma vez que a obrigação da frequência escolar diminuiria o tempo disponível para outras atividades e a transferência de renda substituiria a renda do trabalho infantil (BRITO, 2006).

Segundo Mustafa (2007), o PETI tem representado a possibilidade de melhoria na renda familiar e conseqüentemente no acesso a bens básicos para a sobrevivência. Contudo, a autora revela que em relação ao seu objetivo principal, a erradicação do trabalho infantil, as crianças beneficiárias não pararam de trabalhar, apenas reduziram sua jornada. Percepção semelhante foi obtida na avaliação de impacto do PETI por Yap, Sedlaceck e Orazem (2001) apud Kassouf *et al* (2004) mostrando que o programa é eficiente em limitar a frequência do trabalho infantil. Porém,

embora os pais concordem em retirar os filhos do trabalho, é difícil fazer com que isso realmente ocorra. Para Santos, Fernanda (2006) à medida que as crianças ou adolescentes vão se tornando mais velhas, menor é a probabilidade de frequentarem a escola.

Avaliação semelhante também é feita por Pedrosa (2010) ex-coordenador do PETI em Manhuaçu (MG), que justifica o baixo interesse e a baixa frequência dos alunos na Jornada Ampliada pelo fato de o valor da bolsa ser bastante aquém à quantia recebida pelos alunos quando trabalhavam. Por isso, muitos preferem permanecer no trabalho e receber uma quantia mais motivadora. Já para a coordenadora do programa em Rosário da Limeira (MG), a maioria das famílias é consciente do trabalho do PETI e do crescimento da criança após a inserção no programa. Entretanto há alguns pais que não dão valor para as atividades, vêm o programa como uma forma de obter dinheiro e não interagem nem participam de nenhuma forma do programa. A maior parte dos alunos do PETI apresenta algum tipo de problema, seja de comportamento, de rendimento escolar ou de maus tratos em casa.

Em que pese o contexto histórico, social e político há obrigações a serem cumpridas por parte também da família, conforme retratado por Ribeiro (2009. p.01).

Tem a família o dever de garantir a integridade física, moral, psíquica e emocional do menor, bem como o seu sustento, até que ele alcance o desenvolvimento completo; a sociedade, o dever de facilitar a integração dos jovens no âmbito comunitário, respeitando sua individualidade e ajudando-os a desenvolver suas potencialidades; o Estado, o dever de elaborar e fazer cumprir, em seus três níveis (federal, estadual e municipal), leis e ações que protejam e proporcionem o necessário amparo aos menores, especialmente políticas públicas de inclusão social e educação.

Apesar de todas as incorporações de aprendizagens, o PETI ainda é associado pelas famílias e beneficiários à bolsa e à obrigatoriedade da frequência à escola e à jornada ampliada, sendo por vezes preterido em favor do Programa Bolsa Família.

A bolsa, segundo as famílias, tem uma conotação de favor e representa acesso a determinados bens de consumo, permitindo às crianças e aos adolescentes a permanência na escola. Porém, mesmo com a bolsa, ainda existem crianças e adolescentes inseridos no Programa que trabalham. O valor do benefício representa a possibilidade das famílias adquirirem alimentação, roupa, calçado e remédio (ZADRA, 2008). Políticas de transferência de renda necessitam ser precisas em seu valor para que possam obter êxito na erradicação do trabalho

infantil, na redução da pobreza e no aumento do capital humano per capita da economia (BRITO, 2006).

Por fim, cabe destacar que o trabalho infantil é oriundo de uma combinação de fatores internos e externos ao domicílio e que, mesmo diante de todo o investimento visando sua erradicação e os efeitos positivos decorrentes, ainda há a necessidade de se conhecer como esse processo está se dando ao longo do tempo.

Metodologia

Este é um estudo exploratório e descritivo utilizando os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no período de 2004 a 2009. A escolha pelo período levou em consideração o alcance da cobertura completa pela PNAD do território nacional a partir de 2004. Anterior a este ano a PNAD não coletava informações da zona rural dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A PNAD pode ser considerada como um sistema de pesquisas de propósitos múltiplos, que investiga diversas características socioeconômicas, algumas de caráter permanente e outras com periodicidade variável. A pesquisa abrange a população residente em unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Para captar informações de forma representativa a amostra é construída em três estágios: seleção dos municípios, seleção de setor censitário e seleção de domicílio. No primeiro estágio, todos os municípios no Brasil são divididos em três categorias. A primeira é composta pelos municípios que compõem as regiões metropolitanas; a segunda é composta por municípios médios que são considerados auto-representativos; e a terceira categoria é composta pela imensa maioria dos municípios pequenos. A seleção dos municípios, para coleta de informações, é feita apenas uma vez no período intercensitário e os mesmos municípios são mantidos em todas as PNADs entre dois censos. A pesquisa é realizada, em geral, entre a última semana de setembro e a primeira de outubro. O período de referência é sempre a semana anterior à coleta das informações.

Neste estudo, o universo é formado pelas crianças e adolescentes que declararam estar trabalhando na semana de referência. Para entender as características do trabalho infantil o estudo restringiu-se a faixa etária de 5 a 13 anos de idade. A escolha por esta faixa etária foi feita em

função da condição de crianças de 14 anos poderem exercer atividades como aprendizes, em que pese no estudo de coorte, apresentado abaixo, a faixa etária estendeu-se até os 14 anos.

Para observar a tendência do trabalho infantil foram acompanhadas as crianças em situação de trabalho nos últimos 6 anos, criando coortes. Como os dados da PNAD não são longitudinais, a criação das coortes representa uma forma de agrupar as crianças trabalhadoras que em 2004 tinham entre cinco e nove anos de idade. Assim, para o estudo de coorte o universo abrangeu a faixa etária de 5 a 14 anos, sendo 5 anos a idade mínima em 2004 e 14 anos a idade máxima em 2009.

Como a amostra da pesquisa não capta necessariamente as mesmas pessoas não se trata de um painel, pois não é possível construir trajetórias individuais. A criação de coortes conforme a idade permite a criação de “falsos painéis”, na medida em que considera que indivíduos que pertençam à mesma coorte possuem algumas características em comum que influenciam estar trabalhando ou não.

A tabela 1 abaixo mostra como foi construída a variável coorte para esses anos e para os grupos etários. Cada campo da tabela corresponde à definição de coorte.

Tabela 1: Formação do estudo de coorte a partir dos dados da PNAD no período de 2004 a 2009.

Ano	Faixa etária (idade em anos)
2004	5 a 9
2005	6 a 10
2006	7 a 11
2007	8 a 12
2008	9 a 13
2009	10 a 14

Elaboração própria.

Tanto para a análise da coorte quanto para as demais análises das características do trabalho infantil foram feitos dois recortes: um para as crianças que estavam trabalhando na semana de referência e outro para crianças trabalhando na semana de referência e cuja renda mensal domiciliar per capita era de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Os resultados serão apresentados a partir de análises de gráficos e tabelas, cujos dados das bases foram expandidos utilizando-se a variável “peso da pessoa”. As variáveis que compuseram o recorte foram: “idade do morador na data de referência”; “trabalhou na semana de referência” para crianças de 5 a 9 anos e de 10 anos ou mais de idade. Para a análise das crianças pobres utilizou-se ainda a variável “rendimento mensal domiciliar per capita”.

Resultados e Discussão

O trabalho infantil em queda

Os dados apresentados na tabela 2 são os quantitativos de crianças de 5 a 14 anos trabalhando na semana de referência por coorte no período de 2004 a 2009. O pressuposto para esta análise a partir de 2004 é de que as crianças que tinham cinco anos de idade naquele ano foram acompanhadas até os 10 anos, as que tinham seis anos até os 11 anos; quem tinha sete anos até os 12, 8 anos até os 13 e por fim, quem tinha 9 anos em 2004 foi acompanhado até completar 14 anos.

Tabela 2: Número de crianças de 5 a 14 anos por coorte trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.

	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
2004	13895	25138	35910	68233	98349					
2005		27619	51823	80819	114708	185418				
2006			40543	65194	86561	156704	205426			
2007				39932	63382	134809	168923	273587		
2008					60143	90995	146834	210522	297910	
2009						82143	130700	206258	275512	434849

Fonte: Pnad. IBGE
Elaboração própria.

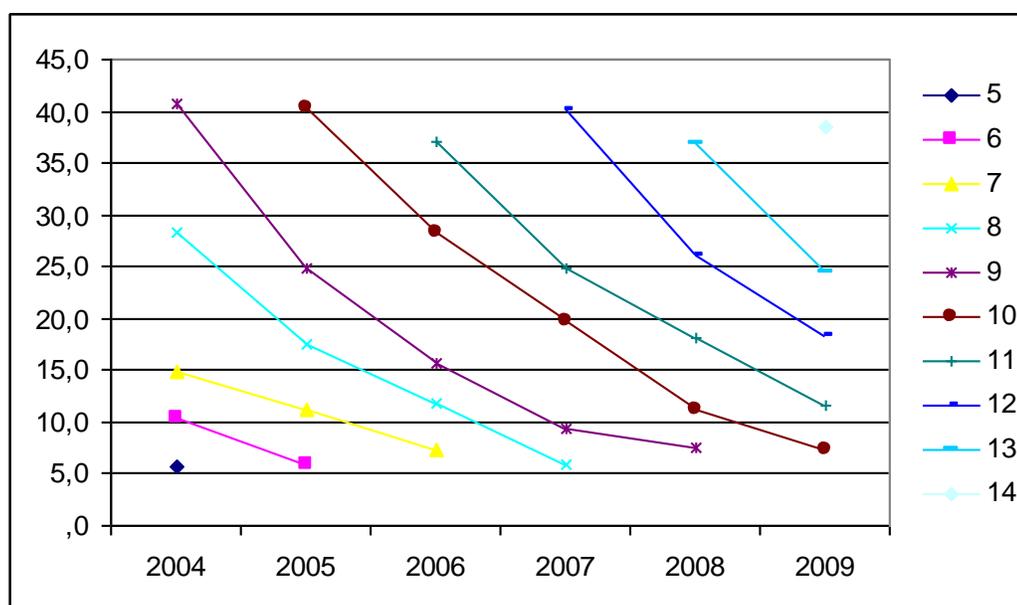
Em números absolutos tem-se um aumento no número de crianças segundo a idade, fato já esperado pela tendência de crianças mais velhas terem mais chances de trabalhar. Contudo, ao longo dos anos, exceto em 2005, já se percebe uma redução no número de crianças trabalhando, independente da idade.

O gráfico 1 apresenta os percentuais de crianças trabalhando por coorte na semana de referência por idade segundo o ano. Considera-se para esta análise que as crianças que tinham 5 anos de idade em 2004 são as mesmas com 6 anos em 2005, 7 anos em 2006 e 8 em 2007 e assim sucessivamente. Do total de crianças que declararam estar trabalhando na semana de referência, observa-se que o percentual de crianças que tinham 5 anos em 2004 sofre pequenas variações ao longo dos anos, ou seja ao completarem 6 a 8 anos ao longo de 2005 a 2007 o percentual fica próximo de 5%. De modo geral pode-se verificar uma tendência de queda nos percentuais para

todas as idades, o percentual de crianças em 2004 que tinham 6 anos de idade é maior do que as que tinham 6 anos em 2005 e assim ocorre para as demais faixas etárias.

Considerando a redução do percentual de crianças trabalhando e a proximidade dos percentuais a medida em que a criança completa mais um ano de idade, segundo o coorte, aparentemente pode indicar que as crianças estão deixando de entrar no trabalho infantil porém as que já estavam trabalhando continuaram trabalhando em todos os anos.

Gráfico 1: Distribuição percentual de crianças de 5 a 14 anos por coorte trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.



Fonte: Pnad. IBGE

Os dados apresentados na tabela 3 são os quantitativos de crianças de 5 a 14 anos com renda mensal per capita de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo trabalhando na semana de referência por coorte no período de 2004 a 2009. Esse grupo de crianças pertence a famílias classificadas em mais pobres e, portanto mais vulneráveis à situação de trabalho infantil.

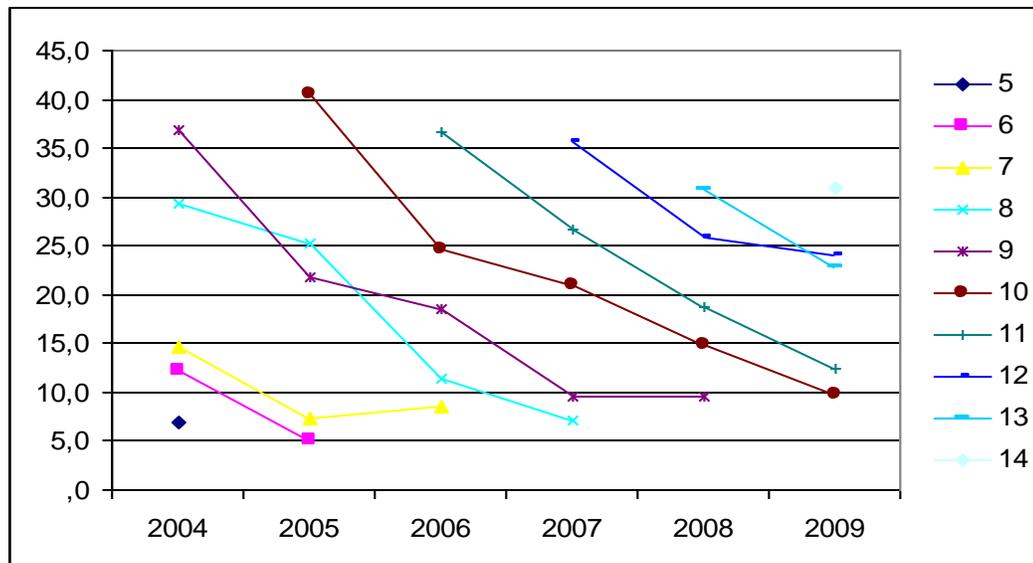
Tabela 3: Número de crianças de 5 a 14 anos com renda mensal per capita de até ¼ do salário mínimo trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.

	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
2004	3822	6851	8256	16446	20603					
2005		5120	7328	25401	21943	40732				
2006			11110	14761	24005	31968	47549			
2007				9806	13038	28445	36284	48547		
2008					13771	21267	26784	36755	43961	
2009						16653	21099	40934	38829	52536

Fonte: Pnad. IBGE
Elaboração própria.

Ao analisar o comportamento da coorte para as crianças mais pobres observam-se variações maiores ao longo do tempo, ou seja ao completarem 6 a 8 anos ao longo de 2005 a 2007 o percentual se aproxima de 10%. Parece que do total de crianças que trabalhavam as com cinco anos de idade em 2004 não só continuaram a exercer alguma atividade na semana de referência como tiveram menos chances de deixar de trabalhar em relação às que tinham mais idade.

Gráfico 2: Distribuição percentual por coorte de crianças de 5 a 14 anos trabalhando na semana de referência com renda domiciliar mensal per capita de até ¼ do salário mínimo no período de 2004 a 2009.

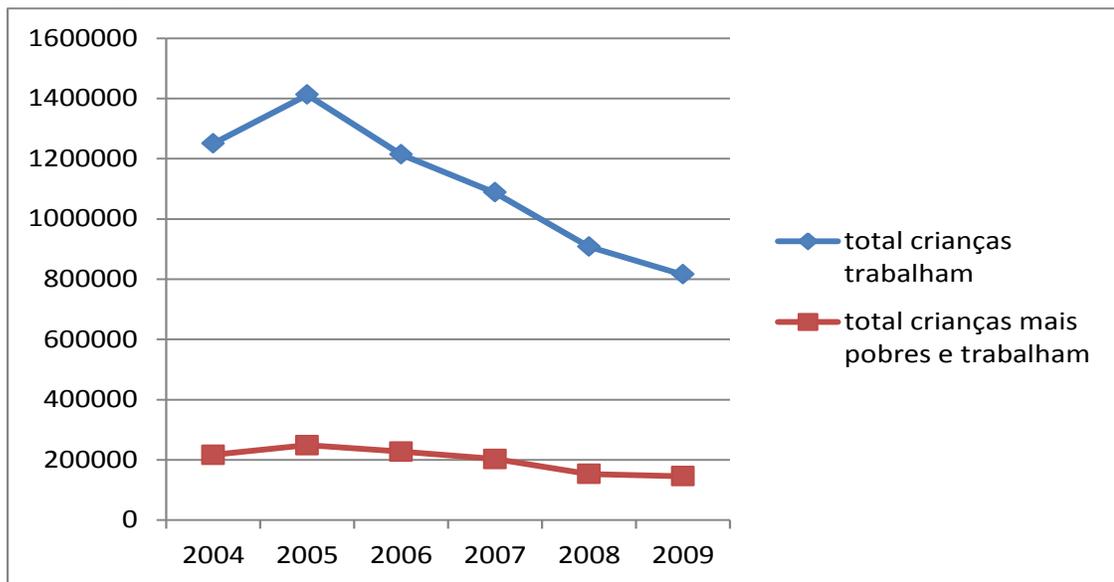


Fonte: Pnad. IBGE

Características do trabalho infantil nos últimos 6 anos

Das crianças em situação de trabalho infantil ainda há um contingente de cerca de 800 mil crianças declaradas, entre 5 e 13 anos, trabalhando na semana de referência. Destas, em média 17,8% representam crianças cuja renda domiciliar per capita domiciliar é até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, sendo aqui classificadas como mais pobres.

Gráfico 3: Distribuição do número de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.



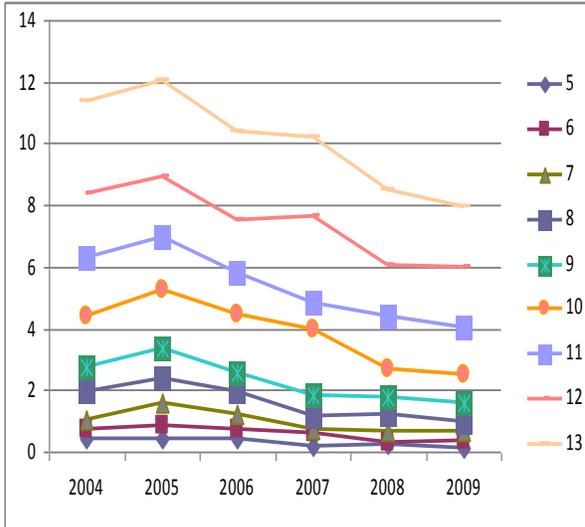
Fonte: Pnad. IBGE

O gráfico 4 apresenta o percentual de crianças trabalhando no período de 2004 a 2009. Pode-se observar com maior clareza a redução do percentual de crianças em situação de trabalho infantil em todas as idades objeto deste estudo. Cabe destacar que para as crianças mais pobres, em que pese a tendência de queda, há faixas etárias como 12 anos intercalando intervalos de queda com aumentos percentuais.

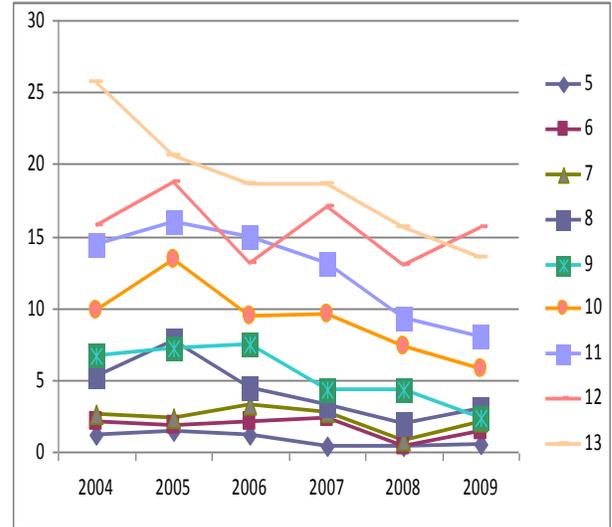
Em 2003 uma análise das tendências de diminuição do trabalho infantil no Brasil, demonstrou a possibilidade de diminuição significativa do trabalho infantil e possibilidade de erradicação do trabalho infantil para a faixa etária de 5-9 anos até 2005 (Beppu, 2004). Neste estudo é possível observar que a proporção de crianças em trabalho infantil tem-se reduzido ao longo dos anos para todas as faixas etárias mantendo a tendência de queda. Em que pese observar que a partir de 2008, já se tem menos de 1% de crianças com cinco anos de idade nesta condição, a tendência de queda parece desacelerada. Em 2008 e 2009 havia respectivamente 6.875 e 4.056

crianças em situação de trabalho infantil dos quais 1.124 e 1.581 pertenciam ao grupo dos mais pobres.

Gráfico 4: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009.



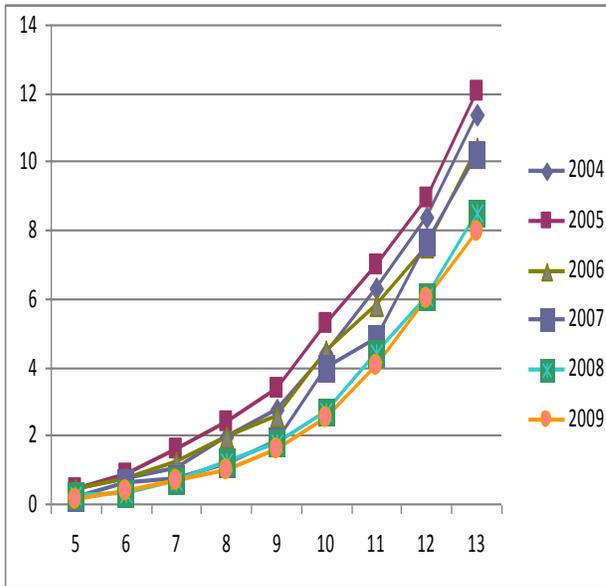
a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando



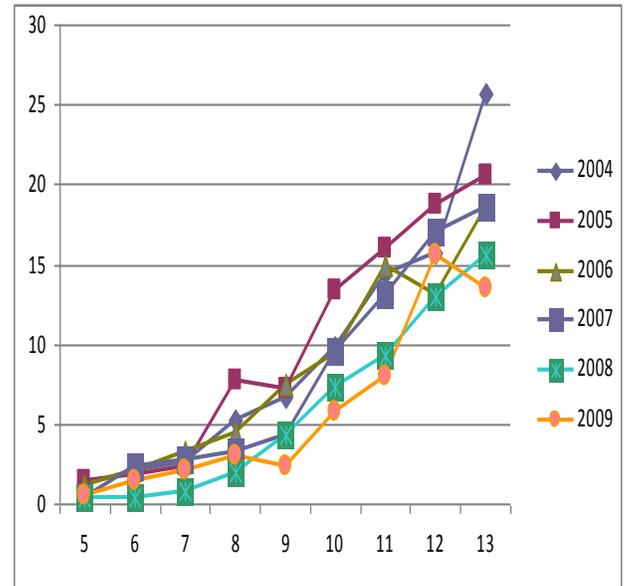
b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

Fonte: Pnad. IBGE

Gráfico 5: Percentual de crianças trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo idade de 5 a 13 anos.



a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando



b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

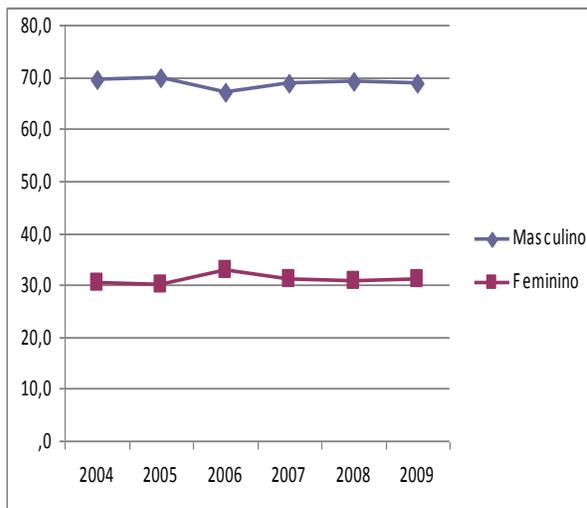
Fonte: Pnad. IBGE

Ao observar o gráfico por idade percebe-se um aumento gradativo no percentual de crianças trabalhando na medida em que aumenta a sua faixa etária, parece que na medida em que a criança fica mais velha maior é seu risco de trabalhar (Gráfico 5).

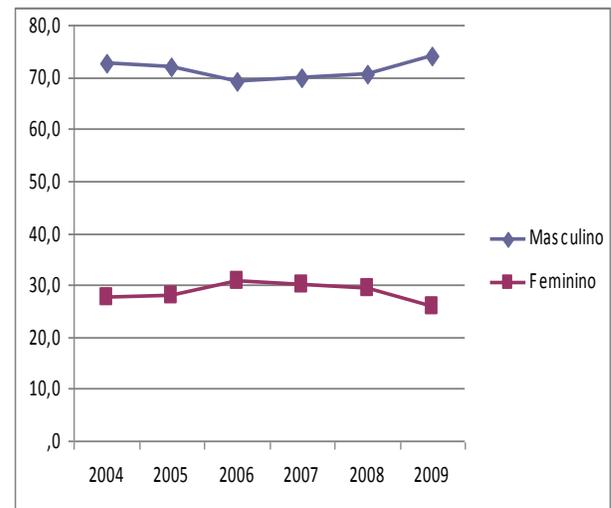
Ao se observar a curva dos mais pobres em 2009 tem-se um aumento no percentual de crianças trabalhando com idades de 6, 7, 8 e 12 anos de idade em relação aos anos anteriores.

Das crianças em situação de trabalho infantil, os do sexo masculino representam cerca de 70%, conforme pode ser observado no gráfico 6.

Gráfico 6: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo sexo.



a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando



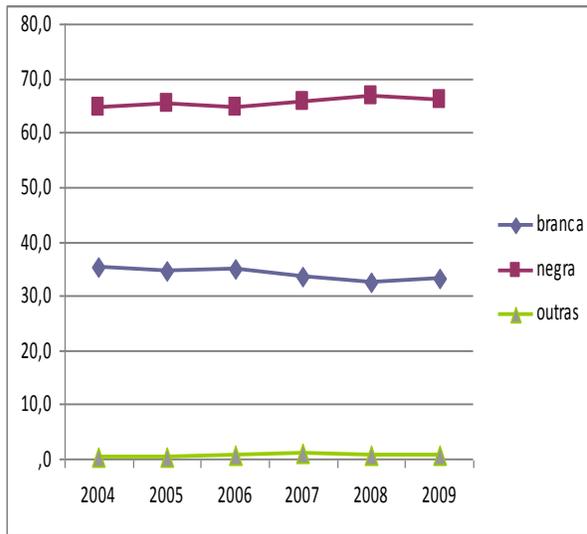
b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

Fonte: Pnad. IBGE

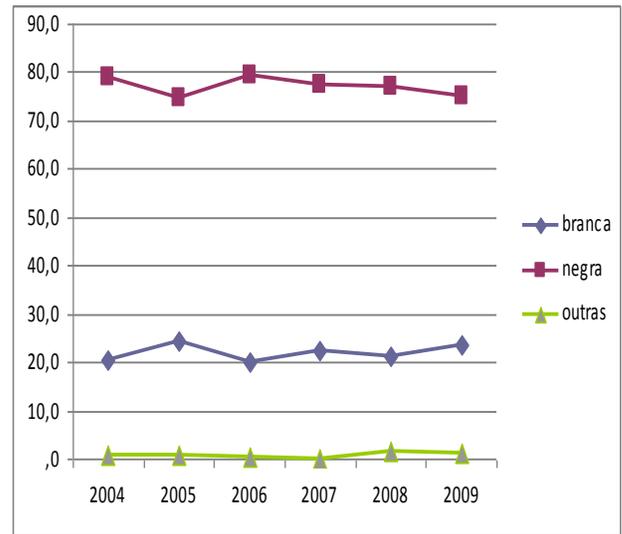
Proporcionalmente têm-se em média dois meninos trabalhando para cada menina. Para as crianças entre os mais pobres a proporção é um pouco mais alta sendo que em 2009 ela representa quase três meninos para cada menina.

Quanto a raça/cor, apresentado no gráfico 7, a maioria (64% em média) das crianças são da cor negra (pretos e pardos). Entre os mais pobres as crianças da cor negra representam em média 77%. Estes dados eram de se esperar, uma vez que há vinculação da situação de trabalho infantil com a renda familiar. Segundo Osório (2009), apenas 37% dos brancos pertencem a metade mais pobre da população e a renda dos brancos é mais do que duas vezes maior do que o nível de renda dos negros.

Gráfico 7: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo raça/cor.



a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando

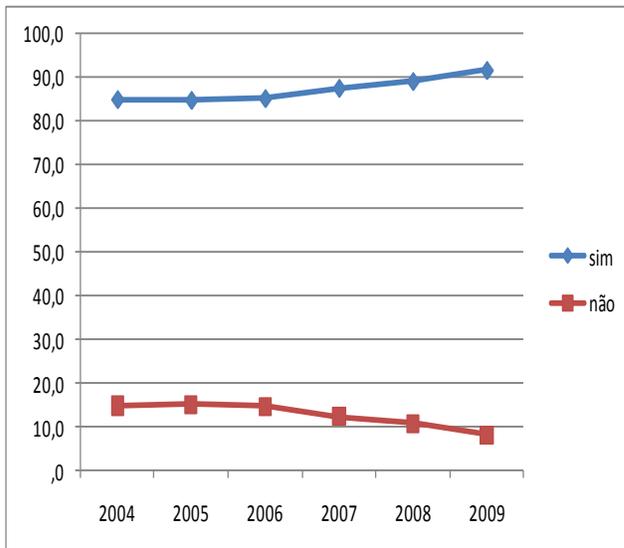


b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

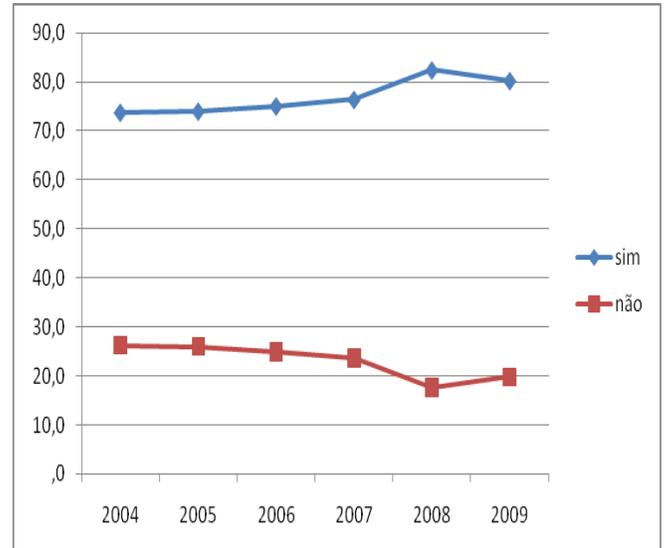
Fonte: Pnad. IBGE

Das crianças exercendo alguma atividade na semana de referência a grande maioria sabe ler e escrever, com uma porcentagem menor entre os mais pobres (Gráfico 8).

Gráfico 8: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo saber ler e escrever.



a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando



b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

Fonte: Pnad. IBGE

Há uma tendência aparente de um aumento de crianças que sabem ler e escrever, porém entre os mais pobres a partir de 2008 há uma leve tendência de queda entre os que sabem ler e escrever e um aumento entre os que não sabem. Enquanto em 2009 mais de 90% das crianças que estavam trabalhando sabiam ler e escrever, entre os mais pobres este percentual era de 80%.

Como o recorte para crianças e adolescentes trabalhando na semana de referência e renda é um subgrupo do recorte de crianças e adolescentes trabalhando os dados do gráfico 8 aparentemente reforçam a ideia de que a renda interfere na educação em função do trabalho infantil.

Nas tabelas 4 e 5 tem-se o percentual de crianças de 5 a 13 anos de idade que exerciam alguma atividade na semana de referência que sabem ler e escrever e crianças mais pobres, respectivamente.

Tabela 4: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo saber ler e escrever.

idade	sabe ler e escrever												Total %
	2004		2005		2006		2007		2008		2009		
	sim %	não %	sim %	não %	sim %	não %	sim %	não %	sim %	não %	sim %	não %	
5	12,4	87,6	7,4	92,6	4,4	95,6	21,7	78,3	3,6	96,4	,0	100,0	100,0
6	21,5	78,5	24,2	75,8	16,5	83,5	25,3	74,7	54,5	45,5	29,9	70,1	100,0
7	43,1	56,9	53,6	46,4	43,8	56,2	39,0	61,0	62,0	38,0	54,5	45,5	100,0
8	65,0	35,0	63,7	36,3	68,1	31,9	74,1	25,9	69,8	30,2	77,9	22,1	100,0
9	76,9	23,1	71,4	28,6	69,8	30,2	77,4	22,6	78,5	21,5	88,8	11,2	100,0
10	84,9	15,1	84,8	15,2	84,2	15,8	81,3	18,7	87,6	12,4	90,2	9,8	100,0
11	86,9	13,1	90,1	9,9	89,3	10,7	91,6	8,4	92,1	7,9	93,6	6,4	100,0
12	91,0	9,0	93,0	7,0	94,0	6,0	92,6	7,4	92,7	7,3	96,4	3,6	100,0
13	96,7	3,3	95,2	4,8	96,2	3,8	95,5	4,5	95,5	4,5	96,5	3,5	100,0
Total	85,1	14,9	84,9	15,1	85,3	14,7	87,7	12,3	89,2	10,8	91,8	8,2	100,0

Fonte: Pnad. IBGE
Elaboração própria.

Pode-se observar que na média o percentual de crianças que sabem ler e escrever vem aumentando ao longo dos anos. Contudo, ao se observar por idade vê-se que em 2009 ainda se tinha uma proporção elevada de crianças que não sabem ler e escrever.

Entre os mais pobres a proporção é bem maior afetando crianças de até 10 anos de idade.

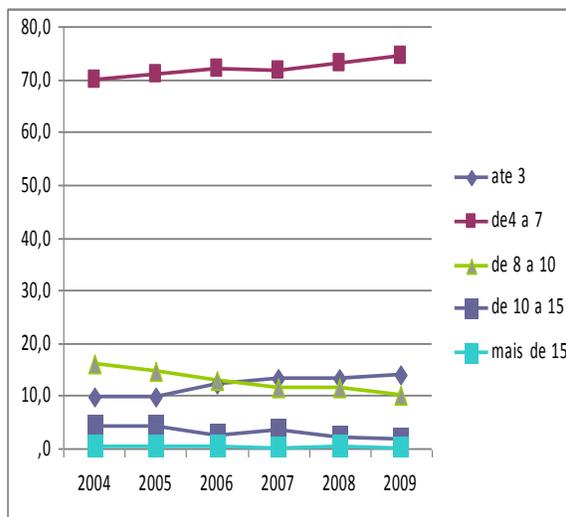
A grande maioria, mais de 70% das crianças que trabalhavam na semana de referência residiam em domicílios com 4 a 7 componentes.

Tabela 5: Percentual de crianças de 5 a 13 anos entre os mais pobres trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo saber ler e escrever.

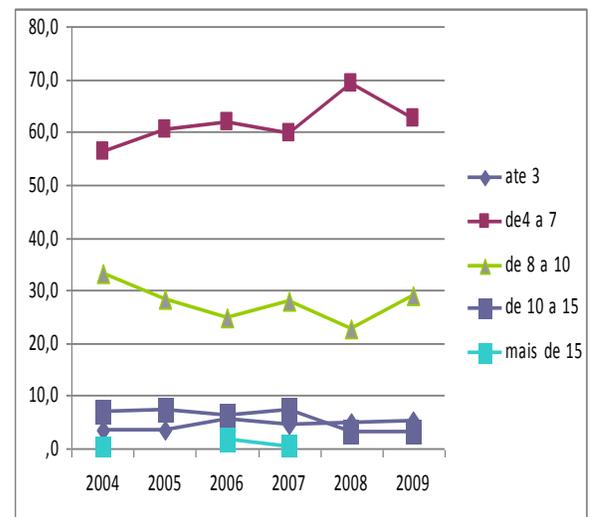
idade	sabe ler e escrever												Total %
	2004		2005		2006		2007		2008		2009		
	sim %	não %	sim %	não %	sim %	não %	sim %	não %	sim %	não %	sim %	não %	
5	5,6	94,4	18,9	81,1	,0	100,0	17,8	82,2	,0	100,0	,0	100,0	100,0
6	15,7	84,3	17,5	82,5	9,1	90,9	35,8	64,2	47,1	52,9	,0	100,0	100,0
7	27,3	72,7	34,8	65,2	26,1	73,9	30,4	69,6	25,4	74,6	14,4	85,6	100,0
8	52,1	47,9	56,6	43,4	48,9	51,1	60,0	40,0	39,9	60,1	72,7	27,3	100,0
9	51,6	48,4	47,0	53,0	59,7	40,3	57,3	42,7	76,3	23,7	65,1	34,9	100,0
10	79,2	20,8	76,5	23,5	75,6	24,4	70,9	29,1	79,1	20,9	80,1	19,9	100,0
11	79,9	20,1	82,0	18,0	85,2	14,8	83,8	16,2	88,6	11,4	92,5	7,5	100,0
12	83,9	16,1	84,6	15,4	90,7	9,3	87,2	12,8	85,3	14,7	91,0	9,0	100,0
13	92,9	7,1	91,3	8,7	94,6	5,4	87,4	12,6	91,4	8,6	89,4	10,6	100,0
Total	73,8	26,2	74,0	26,0	75,1	24,9	76,4	23,6	82,4	17,6	80,2	19,8	100,0

Fonte: Pnad. IBGE
Elaboração própria.

Gráfico 9: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo quantidade total de membros do domicílio.



a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando



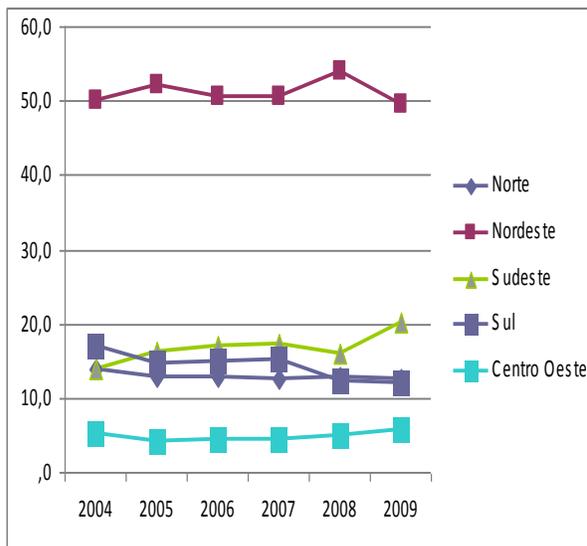
b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

Fonte: Pnad. IBGE

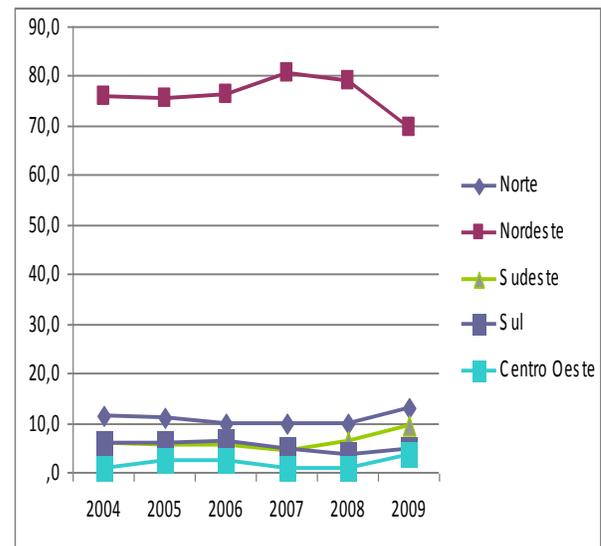
Em que pese esta faixa também ser observado entre os mais pobres, que há também um número expressivo de domicílios com 8 a 10 componentes conforme pode ser observado no gráfico 9.

Com relação à região, o gráfico 10 mostra uma concentração de crianças em situação de trabalho infantil na região Nordeste em relação ao total de crianças que declararam estar trabalhando na semana de referência. Esta aparece em destaque com média de 48% das crianças de 5 a 13 anos exercendo alguma atividade na semana de referência, seguido pela região Sudeste com média de 19%. Entre os mais pobres este percentual passa em média para 76%.

Gráfico 10: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo grandes regiões.



a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando



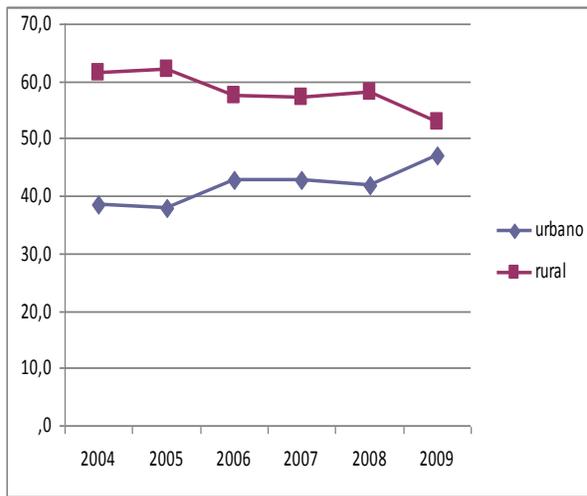
b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

Fonte: Pnad. IBGE

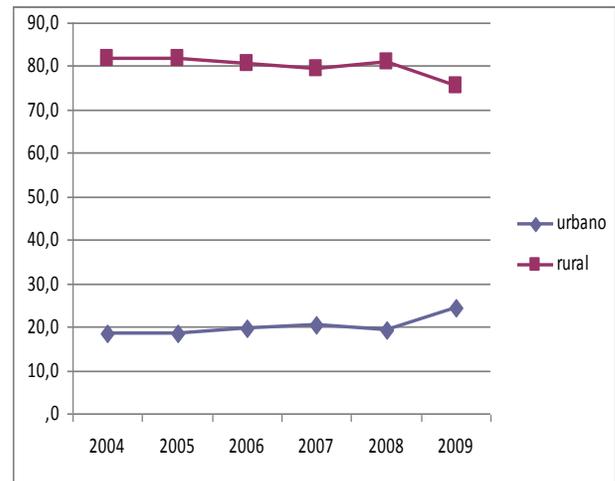
Tradicionalmente as crianças da zona rural tendem a trabalhar mais e mais cedo e na média isso ainda é fato segundo o dado apresentado no gráfico 11.

Ocorre, porém que está havendo uma tendência a, pelo menos, uma congruência entre as duas áreas. De modo geral, observa-se um aumento no percentual de crianças trabalhando na zona urbana em detrimento da zona rural.

Gráfico 11: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo local do domicílio.



a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando

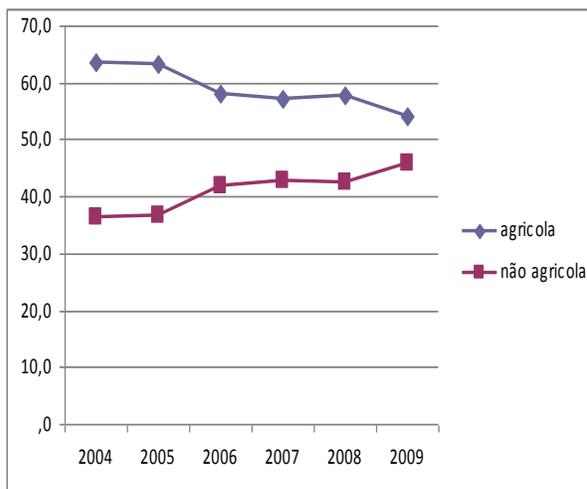


b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

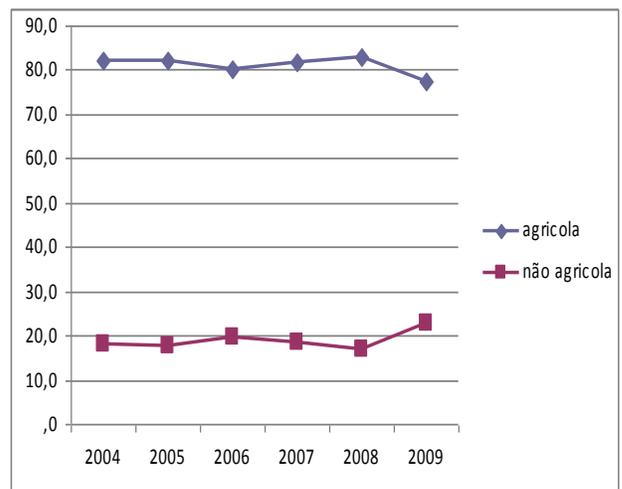
Fonte: Pnad. IBGE

A tendência em 2009 de inversão do percentual de crianças na zona urbana ultrapassarem os da zona rural é corroborada pela curva do gráfico 12. Em que pese haver, ainda, uma predominância média de atividade agrícola, as atividades não-agrícolas características da área urbana estão crescendo de forma expressiva. Fato semelhante pode ser observado entre os mais pobres.

Gráfico 12: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo atividade principal.



a) Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando



b) Percentual de crianças mais pobres de 5 a 13 anos trabalhando

Fonte: Pnad. IBGE

As tabelas 6 e 7 apresentam o percentual de crianças exercendo atividades agrícola e não agrícolas na semana de referência e das mais pobres, respectivamente, segundo a idade.

Tabela 6: Percentual de crianças de 5 a 13 anos trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo atividade.

idade	atividade												Total
	2004		2005		2006		2007		2008		2009		
	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
5	76,2	23,8	81,2	18,8	94,7	5,3	69,2	30,8	72,9	27,1	70,1	29,9	100,0
6	78,6	21,4	86,5	13,5	88,9	11,1	81,7	18,3	48,6	51,4	73,9	26,1	100,0
7	79,1	20,9	83,4	16,6	74,5	25,5	80,5	19,5	80,5	19,5	79,9	20,1	100,0
8	71,6	28,4	75,8	24,2	72,0	28,0	76,4	23,6	75,1	24,9	64,9	35,1	100,0
9	74,7	25,3	69,7	30,3	71,4	28,6	68,5	31,5	73,8	26,2	77,4	22,6	100,0
10	67,0	33,0	69,3	30,7	58,7	41,3	63,3	36,7	68,0	32,0	61,2	38,8	100,0
11	59,9	40,1	65,1	34,9	58,9	41,1	53,9	46,1	58,5	41,5	52,2	47,8	100,0
12	53,8	46,2	55,6	44,4	55,1	44,9	55,2	44,8	57,0	43,0	50,9	49,1	100,0
13	63,5	36,5	56,1	43,9	48,4	51,6	51,1	48,9	47,4	52,6	46,5	53,5	100,0

Fonte: Pnad. IBGE

Tabela 7: Percentual de crianças de 5 a 13 anos entre os mais pobres trabalhando na semana de referência no período de 2004 a 2009 segundo atividade.

idade	atividade												Total
	2004		2005		2006		2007		2008		2009		
	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	agrícola	não agrícola	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	
5	94	5,6	90,7	9,3	94,3	5,7	82,2	17,8	100,0	,0	77,7	22,3	100,0
6	95,2	4,8	91,7	8,3	87,0	13,0	79,1	20,9	47,1	52,9	66,8	33,2	100,0
7	88,6	11,4	86,2	13,8	67,8	32,2	83,3	16,7	85,1	14,9	82,0	18,0	100,0
8	87,8	12,2	87,3	12,7	84,0	16,0	83,9	16,1	89,3	10,7	80,0	20,0	100,0
9	79,7	20,3	72,8	27,2	81,2	18,8	83,8	16,2	99,3	,7	89,8	10,2	100,0
10	86,9	13,1	83,6	16,4	66,3	33,7	80,0	20,0	91,7	8,3	92,2	7,8	100,0
11	78,7	21,3	88,4	11,6	81,2	18,8	78,7	21,3	87,7	12,3	72,0	28,0	100,0
12	78,8	21,2	73,6	26,4	80,1	19,9	86,6	13,4	79,6	20,4	76,9	23,1	100,0
13	79,9	20,1	83,8	16,2	87,7	12,3	79,2	20,8	73,0	27,0	71,7	28,3	100,0

Fonte: Pnad. IBGE

Em 2004, cerca de 64% das crianças com 13 anos de idade exerciam atividade agrícola, já em 2009 este percentual chegou a aproximadamente 47%. Em 2009, observa-se um aumento expressivo no exercício de atividade não-agrícolas para crianças a partir dos 10 anos de idade.

Em que pese um aumento, em 2009, de crianças mais pobres exercendo atividades não-agrícolas, de modo geral as mais pobres se dedicam mais às atividades agrícolas.

Conclusões

O trabalho infantil no Brasil apresenta tendência a queda, porém as características do mesmo mantêm-se praticamente as mesmas com exceção para o local de residência e atividade principal que apresenta uma tendência de inversão a partir de 2009.

Pelo estudo de coorte aparentemente não está havendo entrada de crianças e sim a manutenção de quem já exercia alguma atividade a partir dos 5 anos ter permanecido ao longo dos anos devido a manutenção de características semelhantes.

O estudo também reforça que as características do trabalho infantil são estruturantes, ou seja, há uma tendência maior de que crianças de sexo masculino, negros, residentes na zona rural, exercendo atividades agrícolas e na região Nordeste, estejam mais sujeitas a trabalharem do que as com as demais características.

Referência Bibliográfica

BARROS Ricardo Paes de & MENDONÇA, Rosane S. P. de. **Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação**. Nota Técnica. Ipea, 2009.

BEPPU, Marisa Masumi (coord). **O Brasil sem trabalho infantil! Quando? Projeção de estimativas de erradicação do trabalho infantil com base em dados de 1992-2003**: resumo executivo. OIT. 2004.

BRASIL. **Constituição 1988**. Ed. Atual. Em 1999. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999.

..... Ministério do Trabalho. **Diagnóstico preliminar dos focos do trabalho da criança e do adolescente**. Brasília, 1996.

..... Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, 1996.

BRITO, Márcia Alves. **Será que os programas sociais de redução do trabalho infantil proporcionam mobilidade social?** Monografia (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

DIEESE. **O Trabalho Tolerado de Crianças até Catorze Anos**. Boletim nº 193. 1997. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/es1abr97.xml>. Acesso em: 31/07/2011.

Estatuto da Criança e Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 31/07/2011.

FARIA, Sergio Pereira de. **Trabalho infantil no Brasil**. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/38972/1/TRABALHO-INFANTIL-NO-RASIL/pagina1.html>

KASSOUF Ana Lúcia; NUNES de ALMEIDA Alexandre; PONTILI Rosangela Maria y RODRIGUES Ferro Andrea. **Análise das políticas e programas sociais no Brasil**. Brasília, OIT/ Programa IPEC América do Sul, 2004. 108 p.

KASSOUF Ana Lúcia (coord.). **Legislação, trabalho e escolaridade dos adolescentes no Brasil**. Brasília: OIT, 2004.

MUSTAFA, Patricia Soraya. **Um estudo dos programas de transferência de renda no Brasil: o impacto da Bolsa-Escola, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, no município de São José do Rio Preto/SP**. Trabalho apresentado na III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís /MA, 2007.

OLIVEIRA, Ana Claudia Pedrosa de. **O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) nos Municípios da Zona da Mata Mineira: Um Exercício de Avaliação Qualitativa**. 13º Congresso BIEN, 2010. Disponível em: <http://www.sistemasmart.com.br/bien2010/trabalhosite/TrabalhosSite.asp>. Acesso em: 25/04/2011.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. Monografia (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, 2009. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/4274/1/2009_RafaelGuerreiroOsorio.pdf. Acesso em: 31/07/2011.

RIBEIRO, Gaysita Schaan. **O trabalho infanto-juvenil proibido: prevenção e erradicação**. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2195, 5 jul. 2009. Disponível em: <http://jus.uol.com.br/revista/texto/13093>>. Acesso em: 31/07/2011.

SANTOS, Fernanda Cabral. **A redução do trabalho infantil e o aumento da frequência escolar na década de 90 no Brasil**. Monografia (Mestrado em Economia) – Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Nilton Kasctin dos. **A estrutura normativa de proteção à infância: breves comentários**. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. 2002. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/doutrina/id223.htm>. Acesso em: 31/07/2011.

ZADRA, Carmen Cristina Pereira Silva. **Trabalho infantil: contextualização e análise comparativa das avaliações do programa de erradicação do trabalho infantil – PETI**. Monografia (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná, 2008.